

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026**

**CONTRATANTE (UASG) 102109 - FCF**

## **OBJETO**

**SISTEMAS DE AUDIOVISUAL DAS SALAS DE AULA DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FCF-USP.**

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 1.472.063,17**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 17/06/2026**

## **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

**09h30**

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**Menor preço global**

## **MODO DE DISPUTA:**

**Aberto e Fechado**

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

**Link: <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

### Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
8. DOS RECURSOS .....	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



## **FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS**

### **Processo SEI nº 154.00004726/2026-23**

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da **Faculdade de Ciências Farmacêuticas**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação **de Sistemas de audiovisual das salas de aula de graduação e de pós-graduação da FCF-USP** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Será permitida a participação de:
  - 2.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
  - 2.6.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.6.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e Erro! Fonte de referência não encontrada. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.11. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
  - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
  - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
  - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. **Valor (de acordo com modelo do Anexo da Proposta).**
  - 4.1.2. Marca e modelo.
  - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
  - 4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor GLOBAL** do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

5.21.2.2. empresas brasileiras.

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **7.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis.
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

### 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
  - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado **na Divisão Acadêmica da FCF USP, [dvacadfcf@usp.br](mailto:dvacadfcf@usp.br). Atendimento de 2ª a 6ª, das 9h00 às 17h00**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalservicos.usp.br/contratacoes> ou mediante solicitação formal via e-mail: [comprasfcf@usp.br](mailto:comprasfcf@usp.br).

### 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
  - 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
    - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
    - 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
  - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
  - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
  - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: **comprasfcf@usp.br**.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91010/2026 – FCF

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial
  - 11.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
  - 11.12.4. ANEXO V – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
  - 11.12.5. ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação
  - 11.12.6. ANEXO VI - Declaração Dispensa De Vistoria
  - 11.12.7. ANEXO VII – Memorial Descritivo Técnico
  - 11.12.8. ANEXO VIII – Tabela de Conformidade Técnica

São Paulo, na data da assinatura eletrônica.

**[Assinatura eletrônica - USPAssina/vide verso]**

**Prof. Dr. Joilson O. Martins**

**Diretor**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

#### FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Processo SEI nº 154.00004726/2026-23

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **SISTEMAS DE AUDIOVISUAL DAS SALAS DE AULA DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FCF-USP.**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sistemas de Audiovisual	491462	Serviço	01	1.472.063,17	1.472.063,17

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **120 dias** contados do(a) **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:
- I. ID PCA no PNCP: **63025530000104-0-000001/2026**
  - II. Data de publicação no PNCP: **09/05/2026**
  - III. Id do item no PCA: **55**.
  - IV. Classe/Grupo: **166**.
  - V. Identificador da Futura Contratação: **63/2026**.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. A **LICITANTE** deverá possuir em seu quadro de pessoal, responsável(is) técnico(s) que deverá(ão) assumir a execução dos serviços contratados, compondo a respectiva equipe técnica, sendo pelo menos 1 (um) profissional na área de engenharia elétrica, eletrônica ou telecomunicações, reconhecido pelo CREA, que tenha desenvolvido serviço(s) de instalação, integração, treinamento e suporte de sistemas como os ofertados no processo, (isto é, compatível com os equipamentos ofertados neste certame), bem como que tenha(m) instalado sistemas audiovisuais condizentes com os equipamentos e soluções ofertados neste processo, acervados no CREA.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



### Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Vistoria

- 4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **17:00** horas.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 3.1.1. **Agendar junto à Divisão Acadêmica, por e-mail: [dvacadfcf@usp.br](mailto:dvacadfcf@usp.br), ou por telefone: (11) 3091-8538 / 3091-3706. Sras. Maria Claudia ou Ana Clara.**
- 4.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.11. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **10 (dez) dias.**
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **de acordo com o ANEXO VII deste TERMO DE REFERÊNCIA.**
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **de acordo com o ANEXO VII deste TERMO DE REFERÊNCIA.**
- 5.1.4. Etapa: **de acordo com o ANEXO VII deste TERMO DE REFERÊNCIA.**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, Av. Prof. Lineu Prestes, 580 – Butantã – São Paulo / SP.**
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **das 8h00 às 17h00 de segunda à sexta.**

### Rotinas a serem cumpridas

- 5.3. A execução contratual observará as rotinas de acordo com o **ANEXO VII deste TERMO DE REFERÊNCIA.**

### Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.5.1. **A licitante vencedora será responsável pela prestação de todos os serviços, fornecimento de todos os equipamentos audiovisuais, fretes, documentação, garantia dos equipamentos e mão de obra de manutenção, incluindo o detalhamento do projeto e outros trabalhos considerados necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas de acordo com o objeto da contratação.**
- 5.5.2. **A empresa licitante deverá declarar formalmente, em sua proposta, que, caso venha a ser a vencedora do certame, apresentará, no ato da entrega dos equipamentos, comprovação de procedência, por meio de um dos seguintes documentos:**
- 5.5.2.1. **Declaração de Importação (DI), devidamente registrada, conforme legislação vigente; ou**
- 5.5.2.2. **Declaração do Fabricante, emitida em papel timbrado, atestando a procedência dos equipamentos, com firma reconhecida do signatário, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SRF nº 680/2006, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.021/2010.**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



5.5.2.3. Alternativamente, nos casos de equipamentos de fabricação nacional, será aceita declaração de fabricação nacional emitida pelo fabricante, em papel timbrado e assinada por representante legal

### Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



### Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.18.1. **Não se aplica.**

### Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
  - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios constante no **ANEXO VII deste TERMO DE REFERÊNCIA**

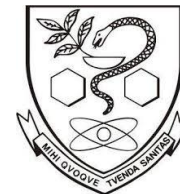
#### Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

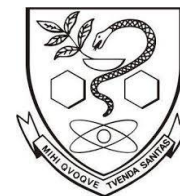
### Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR. nº 8249/2023.
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
  - b) A entrega da documentação fiscal completa.
  - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.
- 7.18. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

### Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.25. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.26. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **integral**.

#### Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de **(não se aplica)**, expedido por **(não se aplica)** nos termos do art. **(não se aplica)** da (Lei/Decreto) nº **(não se aplica)**.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

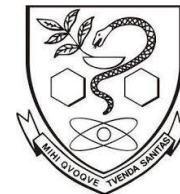
### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- 8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

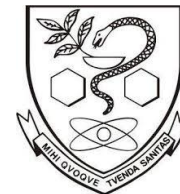
### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.23.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



### Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, em plena validade.
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.30.1.1. **Forneceu, instalou e configurou processador de áudio DSP;**
- 8.30.1.2. **Forneceu, instalou e configurou sistema de microfones digitais com comunicação nativa Dante;**
- 8.30.1.3. **Forneceu, instalou e configurou câmeras robóticas PTZ, com controle;**
- 8.30.1.4. **Forneceu, instalou e configurou solução de roteamento de áudio e vídeo sobre IP;**
- 8.30.1.5. **Forneceu, instalou e configurou solução de videoconferência modular.**
- 8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30.5. Prova de atendimento aos requisitos legais, previstos na lei art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I.

### Outras comprovações

8.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.32. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.32.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição.
- b) Finalidade do consórcio.
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.
- 8.32.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.32.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 8.32.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
- 8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 8.33.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
- 8.33.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
- 8.33.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 8.33.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
- 8.33.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Faculdade de Ciências Farmacêuticas



8.34. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.34.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.34.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.472.063,17 (Um milhão e quatrocentos e setenta e dois mil e sessenta e três reais e dezessete centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**;

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **102109/FCF**
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro**
- III. Programa de Trabalho: **364**
- IV. Elemento de Despesa: **449039**
- V. Plano Interno: **36618/2026**.

São Paulo, na data da assinatura eletrônica.

**[Assinatura eletrônica avançada - USPAssina/vide verso]**

**Cleonice Estrela Cabral Gonçalves**  
**Pregoeira/Agente de Contratação**

## **ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL**

(Em papel timbrado da empresa)

**À FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – USP**

**AVISO DE DISPENSA / PREGÃO Nº:**

**PROCESSO SEI Nº:**

### **DADOS DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIOS**

Razão Social:

CNPJ: / Inscrição Estadual: (se houver):

E-mail: / Telefone de contato:

Representante da Empresa: / Cargo:

CPF do Responsável:

### **DADOS BANCÁRIOS**

**Banco do Brasil:** Agência nº: \_\_\_\_\_ / Conta Corrente nº: \_\_\_\_\_

**OBS:** Considerando que os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser executados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., em face das previsões contidas no **artigo 2º do Decreto Estadual nº 62.867/2017** e no **artigo 6º da Portaria GR nº 8249/2023**; as proponentes que não possuem conta bancária no Banco do Brasil para fins da indicação no campo supracitado, deverão estar cientes que referidos dados deverão ser informados pela empresa vencedora da licitação, na qualidade de futura contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO DE COMPONENTES	MARCA / MODELO	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA		8	R\$	R\$
2	TELA DE PROJEÇÃO ELETRICA 100"		8	R\$	R\$
3	EXTENSOR DE VIDEO HDMI		12	R\$	R\$
4	EXTENSOR DE VIDEO USB		8	R\$	R\$
5	CENTRAL DE VIDEO SOBRE IP		3	R\$	R\$
6	ENCODER DE VIDEO SOBRE IP		3	R\$	R\$
7	DECODER DE VIDEO SOBRE IP		3	R\$	R\$
8	PROCESSADOR DE AUDIO		3	R\$	R\$
9	AUTO FALANTE DE TETO		48	R\$	R\$
10	AMPLIFICADOR MULTICANAL		12	R\$	R\$
11	SISTEMA DE MICROFONES SEM FIO		5	R\$	R\$
12	MICROFONE DE TETO		6	R\$	R\$
13	CÂMERAS PTZ 4K		4	R\$	R\$
14	CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA		4	R\$	R\$
15	INTERFACE DE TRANSMISSÃO		3	R\$	R\$
16	PAINEL DE CONTROLE SEM FIO		3	R\$	R\$
17	RACK DE PAREDE 8UR		3	R\$	R\$
18	CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE		3	R\$	R\$
19	MÓDULO DE ILUMINAÇÃO		3	R\$	R\$
20	PAINEL DE COMANDO		3	R\$	R\$
21	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALAS PEQUENAS		4	R\$	R\$
22	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALAS GRANDES		4	R\$	R\$
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

## **OBSERVAÇÃO:**

- a) No ato da entrega da proposta comercial, as empresas licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, uma Planilha de Conformidade Técnica (**ANEXO VII**), em formato de tabela, para cada equipamento que compõe a solução ofertada. A referida planilha deverá ser estruturada de forma a evidenciar, de maneira clara e objetiva, a aderência do equipamento ofertado a cada item e subitem estabelecido no edital, estabelecendo a devida correlação entre as exigências especificadas e as informações constantes nos respectivos catálogos técnicos e/ou datasheets, que comprovem o pleno atendimento aos requisitos.
- b) A ausência da Planilha de Conformidade Técnica, bem como a falta de correlação objetiva entre os requisitos do edital e os respectivos documentos comprobatórios (catálogos, manuais ou datasheets), poderá ensejar a desclassificação da proposta, por impossibilidade de verificação do atendimento técnico da solução ofertada.

### **Condições Comerciais**

Prazo de entrega: De acordo com o cronograma previsto no anexo VII.

Pagamento: não inferir à 28 dias corridos;

Validade da proposta: não inferior à 60 dias corridos;

Estamos cientes e de acordo com as Portarias USP nº 8249/23 e nº 8548/23.

**Garantia (Material/Serviço): [INFORMAR]**

....., ..... de ..... de .....  
(Local) (Data)

---

Assinatura, nome completo e identificação do representante legal



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Prestação de Serviços **SEM** dedicação exclusiva de mão de obra

Licitação (Pregão)

Processo SEI nº 154.00004726/2026-23

Contrato nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA [UNIDADE] E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE [DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO].

Ao(s) DD dia(s) do mês de MMM do ano de AAAA, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio da(o) [UNIDADE], inscrita no C.N.P.J. sob nº [CNPJ nº], localizada(o) no(a) [endereço completo], neste ato representada por seu(ua) [cargo da autoridade competente e nome], por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8321/2024](#) e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa [NOME DA EMPRESA], CNPJ nº [CNPJ nº], sediada à [endereço completo], representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Edital da Licitação - **[PREGÃO]** nº **NN/AAAA – [SIGLA DA UNIDADE]**.

1.3.2. Termo de Referência.

1.3.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

### **[EM CASO DE SERVIÇOS POR ESCOPO - NÃO-CONTÍNUOS]**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **NN (.....) dias/ \_\_\_\_ (outros)** contados do(a) ..... **data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços/ \_\_\_\_ (outros)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

**OU**

### **[EM CASO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS]**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **NN (.....) meses/anos (máximo de 5 anos)** contados do(a) ..... **data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços/ \_\_\_\_ (outros)**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 2.1.1. O **CONTRATADO** poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo **CONTRATANTE** em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.
- 2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.
  - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.
  - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o **CONTRATANTE** mantém interesse na realização do serviço.
  - d) Haja manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação.
  - e) Seja comprovado que o **CONTRATADO** mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.1.3. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do **CONTRATANTE**.
- 2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita às seguintes condições resolutivas:

- a) na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato; ou
- b) na ausência de vantagem para o **CONTRATANTE** na manutenção do contrato.

2.1.7.1. A extinção mencionada neste subitem ocorrerá, apenas, na próxima data de aniversário do contrato, e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contados da correspondente data, mediante comunicação da **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**.

2.1.7.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o **CONTRATADO** não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

### **EM CASO DE NÃO ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**OU**

### **EM CASO DE ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.1.1. ...

4.1.1.2. ...

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1. ....

4.1.2.2. ....

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.

4.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

4.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.

4.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o **CONTRATADO** e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

### [EM CASO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS]

5.1. O valor mensal da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$...... (.....).

**OU**

### [EM CASO DE SERVIÇOS POR ESCOPO - NÃO-CONTÍNUO]

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.



## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = P_o . [ ( IPC / IPC_o ) - 1 ]$$

Onde:

**R** = parcela de reajuste.

**P<sub>o</sub>** = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

**IPC / IPC<sub>o</sub>** = variação do **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor**, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

### 8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **NN (.....)** dias **[a Administração deve definir de acordo com a complexidade do objeto]**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **NN (.....)** dias **[a Administração deve definir de acordo com a complexidade do objeto]**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

## **[INCLUIR CASO O OBJETO CONTEMPLE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA]**

- 9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

**... (inserir tabela com endereço(s)).**

- 9.1.20.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o **CONTRATADO** tiver unidade de prestação de serviços em distância de **[....] (inserir distância conforme avaliação técnica)** do local demandado.

- 9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

### **[INCLUIR CASO OBJETO NÃO EXIJA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD]**

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

**OU**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## [INCLUIR CASO OBJETO EXIJA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD]

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A **CONTRATANTE** deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela **CONTRATANTE** nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

### **[EM CASO DE NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL]**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**OU**

### **[EM CASO DE EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL]**

11.1. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o **CONTRATADO** prestou garantia na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de **R\$** \_\_\_\_\_, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.

11.2. O valor indicado acima corresponde a \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_ **por cento**) do valor total do contrato.

11.3. O Termo de Referência estabelece as regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### (art. 92, XIV)

12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):

- a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
  - a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
    - I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
    - II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
  - a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
  - b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
    - I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - b) as peculiaridades do caso concreto.
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).

12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).

12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

### **[EM CASO DE SERVIÇO POR ESCOPO - NÃO CONTÍNUO]**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**OU**

## **[EM CASO DE SERVIÇOS CONTINUOS]**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.



13.3.3. Indenizações e multas.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do **CONTRATANTE**

---

Representante legal do **CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1-



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

2-

## **ANEXO IV**

# **ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DISPENSA DE VISTORIA

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ – **FCF/USP**, que \_\_\_\_\_ (nome e função), representando a empresa \_\_\_\_\_, optou por não realizar a vistoria nos locais e instalações referente ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Representante da Empresa

## ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

*(redação dada pela Resolução nº 11/2021)*

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS:**

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



## **ANEXO VII**

### **MEMORIAL DESCRITIVO TÉCNICO**

#### **SISTEMAS AUDIOVISUAIS**

##### **1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, materiais, serviços de instalação e configuração de solução audiovisual, treinamento e suporte técnico para a implantação tecnológica das salas de aula nas dependências da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, conforme especificações e condições constantes do edital e seus anexos.
- 1.2. O objeto desta contratação será uma COMPRA POR LOTE ÚNICO, em regime de empreitada global, onde a empresa vencedora irá fornecer todos os equipamentos e serviços e não poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos e nos limites previstos na Lei no 14.133/21.
- 1.3. A adjudicação por preço global se deve ao fato de que todos os equipamentos e serviços estão intrinsecamente relacionados. A execução dos serviços por mais de uma empresa elevaria o custo de administração e necessitaria de uma complexa rede de coordenação entre os projetos e, certamente, comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados.
- 1.4. A divisão do objeto a ser licitado em itens pode acarretar prejuízos quanto à instalação, configuração e operacionalização de todo o sistema, bem como sua manutenção, uma vez que se exige total compatibilidade entre os equipamentos da solução a ser adquirida, ou seja, a instalação tem que ser uniforme. Se cada empresa utilizar um diferente padrão de instalação, ou uma plataforma diferente, o sistema como um todo pode não funcionar.
- 1.5. Por essas razões, entendemos que o critério de adjudicação por contratação única – menor preço global - se revela o mais adequado a essa contratação.

##### **2. JUSTIFICATIVA E CONTEXTO**

A USP, com o objetivo de possuir comunicação audiovisual nas salas de aula, buscou soluções multimídias para tais atividades nos ambientes de sua edificação. O ambiente deve ser equipado com sistemas audiovisuais de tecnologia atualizada e durabilidade comprovada, proporcionando os recursos necessários para os espaços físicos e auxiliando no desempenho das atividades realizadas.

- 2.1. A licitante vencedora será responsável pela prestação de todos os serviços, fornecimento de todos os equipamentos audiovisuais, fretes, documentação, garantia dos equipamentos e mão de obra de manutenção, incluindo o detalhamento do projeto e outros trabalhos considerados necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas, desde que pertinentes ao objeto.
- 2.2. A licitante vencedora deverá, ao final da instalação, deixar o ambiente preparado para atender às necessidades da Contratante com recursos de alta qualidade e prover serviços de suporte, conforme listado a seguir:



- a) Projetores Interativos de ultracurta distância;
  - b) Microfones sem fio Profissionais Digitais;
  - c) Sistema de áudio com comunicação digital Dante;
  - d) Microfones de Teto inteligente;
  - e) Processador de áudio DSP;
  - f) Sonofletores distribuídos para sonorização do ambiente;
  - g) Integração do sistema em plataforma Dante;
  - h) Sistema de captura, produção e transmissão de vídeo;
  - i) Câmeras robóticas;
  - j) Sistema de videoconferência;
  - k) Automação de sistemas integrados;
  - l) Serviços de instalação e treinamento nas soluções;
  - m) Serviço de garantia por 12 meses;
- 2.3. A Contratante disponibilizará a infraestrutura de rede elétrica e de rede de dados, switch de rede com configuração em camada 3 e fornecimento de alimentação POE+, espaço físico necessários para acomodação dos equipamentos e operação dos sistemas audiovisuais, desta forma não fazem parte do escopo deste fornecimento, tais sistemas.
- 2.4. Como forma de esclarecer os requisitos funcionais e complementar os aspectos técnicos listados no Anexo II segue abaixo a descrição das funcionalidades dos ambientes do ponto de vista funcional e usual:



2.4.1. SALAS 13; 13A e 16

DESCRIÇÃO POR SALA	QTD
PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA	1
TELA DE PROJEÇÃO ELETRICA	1
EXTENSOR DE VIDEO HDMI	2
EXTENSOR DE VIDEO USB	1
CENTRAL DE VIDEO SOBRE IP	1
ENCODER DE VIDEO SOBRE IP	1
DECODER DE VIDEO SOBRE IP	1
PROCESSADOR DE AUDIO	1
AUTO FALANTE DE TETO	8
AMPLIFICADOR MULTICANAL	2
MICROFONE DE TETO	2
CÂMERA PTZ	1
INTERFACE DE TRANSMISSÃO	1
PAINEL DE CONTROLE SEM FIO	1
RACK DE PAREDE 8UR	1
CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE	1
MÓDULO DE ILUMINAÇÃO	1
PAINEL DE COMANDO	1
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALAS GRANDES	1

2.4.1.1. Será instalado um projetor interativo com iluminação a Laser de ultracurta distância e 4.200 lumens de brilho com suporte de parede, que exibirá imagens em uma tela motorizada de 100 polegadas com acionamento automatizado.

2.4.1.2. O sistema de vídeo contará com transmissão HDMI 4K sobre IP, com controladores, transmissores e receptores, permitindo que o conteúdo seja distribuído com alta qualidade entre as salas (13, 13A e 16).

2.4.1.3. A captação de imagem será feita por uma câmera PTZ com zoom óptico, automatizada através da criação de cenários e com rastreamento do professor.



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
Faculdade de Ciências Farmacêuticas

- 2.4.1.4. A interface de transmissão permitirá realizar a produção do conteúdo, gravação e streaming de transmissões ao vivo com qualidade profissional. Além das transmissões ao vivo através das redes sociais, cada sala será capaz de utilizar solução de videoconferência através de uma workstation robusta fornecida pela USP de cada uma das salas.
- 2.4.1.5. A workstation também será responsável por toda a operação da sala de forma centralizada.
- 2.4.1.6. A captação de áudio será composta por dois microfones de Teto inteligentes, que realizarão a cobertura de toda a sala.
- 2.4.1.7. O áudio será tratado por um processador digital que enviará o sinal a dois amplificadores de potência responsáveis por alimentar oito caixas acústicas de embutir, instaladas de forma distribuídas nas salas, garantindo cobertura sonora uniforme em toda a sala.
- 2.4.1.8. A interface de controle será feita por um tablet com capa protetora e base de carregamento, conectado à rede sem fio, permitindo o gerenciamento de todos os sistemas de forma simples e intuitiva.

**2.4.2. SALAS: 15 SUPERIOR; 16 SUPERIOR e 17 SUPERIOR**

DESCRIÇÃO POR SALA	QTD
PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA	1
TELA DE PROJEÇÃO ELETRICA	1
EXTENSOR DE VIDEO HDMI	1
EXTENSOR DE VIDEO USB	1
AUTO FALANTE DE TETO	4
AMPLIFICADOR MULTICANAL	1
SISTEMA DE MICROFONES EM FIO	1
CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA	1
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALAS PEQUENAS	1

- 2.4.2.1. Será instalado um projetor interativo com iluminação a Laser de ultracurta distância e 4.200 lumens de brilho com suporte de parede, que exibirá imagens em uma tela motorizada de 100 polegadas com acionamento automatizado.
- 2.4.2.2. A captação de imagem será feita por uma câmera de videoconferência ePTZ 4K, com zoom digital, para ser utilizada fixa com ângulo aberto.



2.4.2.3. A captação de áudio será composta por um microfone sem fio de mão (bastão) e um microfone do tipo headset, este último com transmissor bodypack, destinados ao uso do professor. Ambos os microfones serão conectados a uma base receptora com sistema de carregamento integrado, responsáveis também pelo processamento do sinal de áudio. A saída do sinal de áudio processado será conectada a um amplificador de potência, que alimentará quatro caixas acústicas de embutir, instaladas de forma distribuída no ambiente, garantindo cobertura sonora uniforme em toda a sala.

2.4.2.4. As salas serão capazes de utilizar solução de videoconferência através de uma workstation fornecida pela USP, a qual será conectada a todos os dispositivos audiovisuais do ambiente.

#### 2.4.3. SALA: 15

DESCRIÇÃO	QTD
PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA	1
TELA DE PROJEÇÃO ELETRICA	1
EXTENSOR DE VIDEO HDMI	1
EXTENSOR DE VIDEO USB	1
AUTO FALANTE DE TETO	8
AMPLIFICADOR MULTICANAL	2
SISTEMA DE MICROFONES EM FIO	1
CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA	1
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALA GRANDE	1

2.4.3.1. Será instalado um projetor interativo com iluminação a Laser de ultracurta distância e 4.200 lumens de brilho com suporte de parede, que exibirá imagens em uma tela motorizada de 100 polegadas com acionamento automatizado.

2.4.3.2. A captação de imagem será feita por uma câmera de videoconferência ePTZ 4K, com zoom digital, para ser utilizada fixa com ângulo aberto.

2.4.3.3. A captação de áudio será composta por um microfone sem fio de mão (bastão) e um microfone do tipo headset, este último com transmissor bodypack, destinados ao uso do professor. Ambos os microfones serão conectados a uma base receptora com sistema de carregamento integrado, responsáveis também pelo processamento do sinal de áudio. A saída do sinal de áudio processado será conectada a dois amplificadores de potência, que alimentarão oito caixas acústicas de embutir, instaladas de forma distribuída no ambiente, garantindo cobertura sonora uniforme em toda a sala.



2.4.3.4. A sala será capaz de utilizar solução de videoconferência através de uma workstation fornecida pela USP, a qual será conectada a todos os dispositivos audiovisuais do ambiente.

2.4.4. SALAS: 14

DESCRIÇÃO	QTD
PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA	1
TELA DE PROJEÇÃO ELETRICA	1
EXTENSOR DE VIDEO HDMI	2
EXTENSOR DE VIDEO USB	1
AUTO FALANTE DE TETO	4
AMPLIFICADOR MULTICANAL	1
SISTEMA DE MICROFONES EM FIO	1
CÂMERA PTZ	1
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALA PEQUENA	1

2.4.4.1. Será instalado um projetor interativo com iluminação a Laser de ultracurta distância e 4.200 lumens de brilho com suporte de parede, que exibirá imagens em uma tela motorizada de 100 polegadas com acionamento automatizado.

2.4.4.2. A captação de imagem será feita por uma câmera PTZ com zoom óptico e funcionalidade de rastreamento do professor.

2.4.4.3. A captação de áudio será composta por um microfone sem fio de mão (bastão) e um microfone do tipo headset, este último com transmissor bodypack, destinados ao uso do professor. Ambos os microfones serão conectados a uma base receptora com sistema de carregamento integrado, responsáveis também pelo processamento do sinal de áudio. A saída do sinal de áudio processado será conectada a um amplificador de potência, que alimentará quatro caixas acústicas de embutir, instaladas de forma distribuída no ambiente, garantindo cobertura sonora uniforme em toda a sala.

2.4.4.4. 1.5. A sala será capaz de utilizar solução de videoconferência através de uma workstation fornecida pela USP, a qual será conectada a todos os dispositivos audiovisuais do ambiente.

2.4.4.5. O projetor interativo de ultracurta distância, a ser fornecido para as salas, deverá ser da marca Epson, em razão dos seguintes fatores técnicos e operacionais:



- 2.4.4.6. Compatibilidade: Os modelos indicados são plenamente compatíveis com os equipamentos já instalados nas dependências do Instituto, o que elimina riscos de incompatibilidade, necessidade de adaptações adicionais ou aquisição de periféricos complementares, garantindo a integração imediata com o parque tecnológico existente.
- 2.4.4.7. Padronização: A adoção da mesma marca assegura a padronização dos equipamentos utilizados, o que facilita os processos de manutenção preventiva e corretiva, o treinamento dos servidores responsáveis pela operação e a gestão de peças de reposição, reduzindo custos operacionais e tempo de resposta em eventuais assistências técnicas.
- 2.4.4.8. Desempenho comprovado: Experiências anteriores e testes práticos realizados pela instituição comprovaram que os equipamentos da marca Epson apresentam desempenho superior em termos de confiabilidade, precisão e durabilidade, demonstrando-se adequados para uso contínuo e intensivo nas atividades pedagógicas e administrativas.
- 2.4.4.9. Relação custo-benefício: A manutenção da marca em uso proporciona melhor aproveitamento dos recursos públicos, evitando gastos futuros com adaptações, substituições prematuras ou manutenções recorrentes, resultando em maior economicidade e eficiência no longo prazo.

### **3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**

3.1. Para comprovação da qualificação técnica, a licitante vencedora deverá apresentar:

- 3.1.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove atividade de fornecimento, montagem e instalação de equipamentos audiovisuais.
- 3.1.2. Comprovação de que possui em seu quadro de pessoal, responsável(is) técnico(s) que deverá(ão) assumir a execução dos serviços contratados, compondo a respectiva equipe técnica, sendo pelo menos 1 (um) profissional na área de engenharia elétrica, eletrônica ou telecomunicações, com registro na entidade profissional competente, devendo o responsável técnico possuir atribuições legais compatíveis com a totalidade do objeto.
- 3.1.3. Deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu, montou, instalou e integrou o objeto pertinente com este Termo de Referência e seus anexos, ficando reservado à USP o direito de solicitar cópias dos contratos e notas fiscais de venda a que se referem tais documentos, sendo a parcela maior relevância:
  - a) Forneceu, instalou e configurou processador de áudio DSP;
  - b) Forneceu, instalou e configurou sistema de microfones digitais com comunicação nativa Dante;
  - c) Forneceu, instalou e configurou câmeras robóticas PTZ, com controle;



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
Faculdade de Ciências Farmacêuticas

- d) Forneceu, instalou e configurou solução de roteamento de áudio e vídeo sobre IP;
  - e) Forneceu, instalou e configurou solução de videoconferência modular.
- 3.1.4. Não será reconhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial do licitante. Sendo considerada como empresa pertencendo ao mesmo grupo da licitante, aquela controlada ou controladora do licitante.
- 3.1.5. Não serão aceitos atestados de contratações não concluídas, executadas parcialmente ou em andamento.
- 3.1.6. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão possuir acervo registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, para comprovação de autenticidade de fornecimento e instalação da solução referida.
- 3.1.7. O pregoeiro poderá proceder, antes da adjudicação, diligências para comprovação da execução dos serviços objeto dos atestados de capacidade técnica, inclusive exigir que a licitante apresente notas fiscais e/ou contratos dos serviços prestados.
- 3.1.8. Termo de Vistoria (opcional), assinado pelo representante da USP comprovando o conhecimento do estado das instalações onde serão executados os serviços objeto desta licitação:
- a) O Modelo de Declaração de Vistoria, deverá ser assinada em 02 (duas) vias, sendo que uma ficará retida na USP e a outra deverá ser anexada à proposta comercial da empresa; e
  - b) A visita deverá ser feita por profissional indicado pela empresa e será efetuada até o segundo dia útil anterior à data marcada para o início do certame, devendo ser agendada pelo e-mail [apoiofcf@usp.br](mailto:apoiofcf@usp.br), de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, e será acompanhada pela Sra. Ana Clara Fonseca e Sra. Priscila Alves Camara
- 3.1.9. Não serão permitidos consórcios de empresas para este fornecimento.
- 3.2. A Licitante deverá enviar, juntamente com a sua proposta comercial, catálogos técnicos ou manuais com o objetivo de comprovar o atendimento às especificações técnicas mínimas obrigatórias deste Termo de Referência.
- 3.3. É obrigatório a apresentação do catálogo com a informação técnica dos equipamentos ofertados (ficha técnica).
- 3.4. É obrigatório constar na proposta a marca e modelo dos produtos ofertados, com pena de desclassificação em caso de não cumprimento.



- 3.5. No ato da entrega da proposta comercial, as empresas licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, uma Planilha de Conformidade Técnica, em formato de tabela, para cada equipamento que compõe a solução ofertada. A referida planilha deverá ser estruturada de forma a evidenciar, de maneira clara e objetiva, a aderência do equipamento ofertado a cada item e subitem estabelecido no edital, estabelecendo a devida correlação entre as exigências especificadas e as informações constantes nos respectivos catálogos técnicos e/ou datasheets, que comprovem o pleno atendimento aos requisitos.
- 3.6. A ausência da Planilha de Conformidade Técnica, bem como a falta de correlação objetiva entre os requisitos do edital e os respectivos documentos comprobatórios (catálogos, manuais ou datasheets), poderá ensejar a desclassificação da proposta, por impossibilidade de verificação do atendimento técnico da solução ofertada.

#### 4. **GARANTIA**

- 4.1. Para os materiais e sistemas fornecidos e instalados e os serviços a eles relacionados objetos deste Termo de Referência: no mínimo de 12 meses, contra defeitos de fabricação, defeitos técnicos ou impropriedades, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo e atesto da nota fiscal.
- 4.2. Durante o período de garantia, a solução de problema detectado nos materiais e sistemas deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de comunicação efetuada pela Contratante.
- 4.3. Caso o defeito apresentado nos materiais ou sistemas não seja de simples solução e que não seja possível a sua correção no prazo estabelecido nesta seção a Contratante poderá, mediante as justificativas apresentadas, aceitar a prorrogação do prazo para a realização dos serviços.
- 4.4. Nesse caso, o contratado deverá fornecer peça ou componente igual ou similar em substituição, sem que implique acréscimos aos preços contratados.
- 4.5. A substituição de materiais, sistemas ou componentes que constam deste Termo de Referência, deverá ser efetuada com material novo, não recondicionado e de primeiro uso.
- 4.6. Durante o período de garantia, as despesas com a desmontagem, a montagem, a substituição de materiais ou sistemas como um todo e o transporte para o atendimento das condições previstas neste item, correrão por conta da Contratada, não cabendo a Contratante quaisquer ônus.

#### 5. **EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS**

- 5.1. A empresa licitante deverá declarar formalmente, em sua proposta, que, caso venha a ser a vencedora do certame, apresentará, no ato da entrega dos equipamentos, **comprovação de procedência**, por meio de um dos seguintes documentos:

a) **Declaração de Importação (DI)**, devidamente registrada, conforme legislação vigente;  
ou



b) **Declaração do Fabricante**, emitida em papel timbrado, atestando a procedência dos equipamentos, com **firma reconhecida do signatário**, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SRF nº 680/2006, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.021/2010.

5.2. **Alternativamente**, nos casos de **equipamentos de fabricação nacional**, será aceita **declaração de fabricação nacional** emitida pelo fabricante, em papel timbrado e assinada por representante legal.

## 6. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	DURAÇÃO (dias)	RESPONSABILIDADE
Assinatura do instrumento contratual.	Início	Licitante vencedor / Contratante
Emissão do projeto executivo.	30	Licitante vencedor
Análise e aprovação do projeto executivo.	35	Contratante
Entrega dos equipamentos e sistemas no local de instalação	90	Licitante vencedor
Conferência da entrega e aceite dos itens entregues	95	Contratante
Término da instalação.	117	Licitante vencedor
Treinamento.	120	Licitante vencedor
Conferência da entrega e aceite da instalação do sistema	125	Contratante

CRONOGRAMA FINANCEIRO			
Item	Equipamento / Serviço	Pagamento	
01	Projeto Executivo	Entrega do projeto executivo	10% (dez por cento) correspondente ao valor global do projeto;
02	Equipamentos	Após a entrega dos equipamentos.	Valor do equipamento até 50% (cinquenta por cento) correspondente ao valor global do projeto;
03	Instalação e comissionamento	Ao término da instalação e aceite da solução.	30% (trinta por cento) correspondente ao valor global do projeto;
04	Termo de aceite definitivo	Após a emissão do termo de aceite definitivo	10% (dez por cento) correspondente ao valor global do projeto;



## **CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

As especificações a seguir representam os requisitos mínimos para cada equipamento ou material necessário ao fornecimento. Todas as características descritas devem ser rigorosamente atendidas, não sendo aceitas configurações ou especificações que não alcancem os padrões mínimos estabelecidos.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES
1	<b>PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir Tecnologia de 3 chips: 4.000 lumens em cores e 4.100 lumens em branco</li><li>• Deve possuir no mínimo 2x entradas HDMI</li><li>• Deve permitir no mínimo 5 pontos de interatividade simultâneas com os dedos ou 2 com canetas</li><li>• Resolução Full HD nativa e imagens de até 100" no formato 16:9</li><li>• Lente de tiro ultracurto</li><li>• Deve possuir rede wireless integrada com frequência de 5GHz</li><li>• Laser com duração de até 20.000 horas</li><li>• Razão de aspecto 16:9</li><li>• 100V - 240V AC +/- 10%, 50 Hz/60 Hz</li><li>• Deve acompanhar suporte de parede para projeção ultracurta do mesmo fabricante.</li></ul>
2	<b>TELA DE PROJEÇÃO ELETRICA 100"</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser fornecida tela de projeção elétrica motorizada.</li><li>• Sistema de tensionamento nas laterais para garantir uma superfície plana;</li><li>• Borda superior ajustável;</li><li>• Formato widescreen 16:9 ou 16:10;</li><li>• Motor 110 ou 220V;</li><li>• Deve possuir redutor de velocidade;</li><li>• Acionamento através de botoeira, controle remoto ou sensor de corrente;</li><li>• Dimensões mínimas da área visual: 100";</li><li>• Dever possuir moldura.</li></ul>



<b>3</b>	<b>EXTENSOR DE VIDEO HDMI</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir largura de banda (banda passante HDMI) mínima de 18 Gbps.</li><li>• Deve ser compatível com HDMI EDID e HDCP 2.2.</li><li>• Deve suportar resoluções até 3840x2160@60Hz (4K UHD) com 8-bit RGB/YCbCr 4:4:4 ou 4K@60 Hz HDR em RGB/YCbCr 4:2:2.</li><li>• Deve permitir transmissão via cabo de rede (CAT6/6A/7 ou equivalente) em distância de no mínimo 60 m</li><li>• Deve possuir no módulo transmissor saída HDMI “bypass” (loop-out) da entrada HDMI.</li><li>• Deve possuir controle de sinais infravermelhos (IR) bidirecionais entre transmissor e receptor.</li><li>• Deve operar com tensão de alimentação DC 12 V/1 A ou equivalente conforme módulo</li><li>• Deve operar em faixa de temperatura de 0 °C a 40 °C.</li><li>• Deve oferecer “down-scaling inteligente” da unidade receptora, adequando automaticamente a resolução de saída à capacidade do display conectado.</li></ul>
<b>4</b>	<b>EXTENSOR DE VIDEO USB</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir suporte à interface USB 3.0 com taxa de transmissão de dados de até 5 Gbps.</li><li>• Deve utilizar tecnologia de conversão elétrica-óptica (híbrido fibra óptica/cobre) para permitir extensão de cabo além da limitação típica de cobre USB.</li><li>• Deve ser plug &amp; play, sem necessidade de instalação de driver ou software adicional, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e macOS.</li><li>• Deve possuir conector de entrada e saída USB 3.0 tipo A.</li><li>• Deve possuir comprimento mínimo de 30 metros.</li><li>• Deve acomodar cabo híbrido óptico/cobre, com perfil fino.</li><li>• Deve ser compatível com todos os dispositivos que utilizem porta USB 3.0.</li></ul>
<b>5</b>	<b>CENTRAL DE VIDEO SOBRE IP</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Controlador do mesmo fabricante dos ENCODERS e DECODERS DE VIDEO SOBRE IP</li><li>• Configuração baseada em WEB com proteção HTTPS e LDAP</li><li>• Permite o controle e gerenciamento entre os transmissores e receptores por meio de protocolo de rede</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve permitir endereçamento, nomeação de endpoints, criação de paredes de vídeo</li><li>• Deve possuir criptografia de dados por meio de protocolo SSH ou similar.</li><li>• Deve possuir duas interfaces de rede ethernet</li><li>• Deve suportar alimentação elétrica sobre ethernet</li><li>• Deve possuir certificação de eficiência elétrica como FCC</li><li>• Deve possuir certificação contra emissão de substâncias perigosas</li><li>• Deve possibilitar o controle de exibição da fonte de vídeo para seu destino por meio da INTERFACE TOUCH PARA CONTROLE</li><li>• Deve possibilitar comutação de arrastar e soltar</li><li>• Deve possuir proteção por senha para configurações indesejadas</li><li>• Deve possibilitar visualização previa da fonte de vídeo</li><li>• Deve ser compatível e do mesmo fabricante da marca do receptor HDMI sobre IP ofertado.</li></ul>
<b>6</b>	<b>ENCODER DE VIDEO SOBRE IP</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• O transmissor deverá possuir interface de entrada para sinais de vídeo destinada à distribuição de vídeo sobre IP;</li><li>• Deverá dispor de uma porta de entrada de vídeo nos padrões HDMI, DVI ou DisplayPort. Caso a porta de entrada seja diferente do padrão HDMI, deverá ser fornecido o respectivo adaptador;</li><li>• Deve ser compatível com o protocolo HDCP 1.4 ou superior;</li><li>• Deve possuir entrada estéreo de áudio analógico em nível de linha, terminada em conector de bloco com parafuso cativo, TRS de 3,5 mm, ou ainda por áudio em rede no protocolo Dante;</li><li>• Deve realizar compressão de vídeo em alta resolução utilizando um dos seguintes codecs: H.264, H.265 ou JPEG2000;</li><li>• Deve suportar imagens com resolução de até 1920x1080 ou superior;</li><li>• Deve dispor de porta de comunicação em rede IP;</li><li>• Deve permitir alimentação por meio do barramento da matriz, via porta Ethernet (Power over Ethernet) ou ainda por fonte externa;</li><li>• A latência fim a fim não deve ser superior a 400 milissegundos em nenhum modo de operação;</li><li>• Deve ser compatível e do mesmo fabricante da marca da Central de Controle para Distribuição de Vídeo sobre.</li></ul>



<b>7</b>	<b>DECODER DE VIDEO SOBRE IP</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• O receptor deverá possuir interface de saída de sinais de vídeo destinada ao sistema de distribuição de vídeo sobre IP;</li><li>• Deverá dispor de uma porta de saída de vídeo nos padrões HDMI, DVI ou DisplayPort. Caso a porta de saída seja diferente do padrão HDMI, deverá ser fornecido o respectivo adaptador;</li><li>• Deve ser compatível com o protocolo HDCP 1.4 ou superior;</li><li>• Deve possuir saída estéreo de áudio analógico em nível de linha, terminada em conector de bloco com parafuso cativo, TRS de 3,5 mm, ou ainda por áudio em rede no protocolo Dante;</li><li>• Deve suportar recepção de vídeo comprimido em alta resolução utilizando codec: H.264, H.265 ou JPEG2000;</li><li>• Deve suportar imagens com resolução de até 1920x1080 ou superior;</li><li>• Deve ser capaz de receber e apresentar imagens provenientes de qualquer um dos transmissores, conforme especificação do Transmissor de Vídeo HDMI sobre IP;</li><li>• Deve dispor de porta de comunicação em rede IP, padrão Gigabit Ethernet;</li><li>• Deve permitir alimentação elétrica por meio do barramento da matriz, via porta Ethernet (Power over Ethernet – PoE) ou por fonte externa;</li><li>• A latência fim a fim do sistema não deve ser superior a 400 milissegundos, independentemente do modo de operação;</li><li>• Deve ser compatível e do mesmo fabricante da marca do transmissor HDMI sobre IP ofertado.</li></ul>
<b>8</b>	<b>PROCESSADOR DE AUDIO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir no mínimo quatro canais de áudio configuráveis como saídas balanceadas de nível de linha ou microfone, utilizando conectores do tipo Euroblock (parafuso cativo);</li><li>• Deve possuir quatro entradas balanceadas para nível de microfone e linha, com alimentação phantom power e cancelamento de eco acústico, terminadas em conector de parafuso cativo;</li><li>• Deve possuir oito ou mais portas lógicas do tipo GPIO, destinadas a controles externos;</li><li>• Deve realizar conversão A/D e D/A com as seguintes características mínimas:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Profundidade: 24 bits ou superior;</li><li>○ Taxa de amostragem: 48 kHz ou superior;</li><li>○ Resposta de frequência: de 20 Hz a 20 kHz, com variação máxima de <math>\pm 0,5</math> dB;</li></ul></li><li>• Deve suportar comunicação com linha telefônica IP (VoIP) para realização de chamadas e teleconferências;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve permitir comunicação de áudio multicanal com computadores por meio de conexão USB integrada, possibilitando o uso em chamadas de webconferência;</li><li>• Deve suportar nativamente protocolos de áudio em rede em camada 3, como AES67 ou Dante, com capacidade embarcada mínima de 32 canais;</li><li>• Deve dispor de interfaces de rede Gigabit Ethernet;</li><li>• Deve ser montável em rack padrão 19";</li><li>• Deve possuir altura máxima de 1U.</li></ul>
<b>9</b>	<b>AUTO FALANTE DE TETO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Caixa de embutir em forro;</li><li>• Faixa de frequência: 70Hz a 19KHz;</li><li>• Potência mínima: 60W;</li><li>• Deve possuir um driver de baixa frequência de pelo menos 160mm e tweeter de, pelo menos, 18mm;</li><li>• Cobertura mínima: cônica de 120° ou superior;</li><li>• Sensibilidade: 87dB;</li><li>• Pressão sonora de 105dB SPL;</li></ul>
<b>10</b>	<b>AMPLIFICADOR MULTICANAL</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir no mínimo 2 canais de saída, cada um com potência mínima de 250 W em modo estéreo @ 8 <math>\Omega</math>.</li><li>• Deve permitir operação em modo ponte (bridge), com potência mínima de 700 W @ 8 <math>\Omega</math>.</li><li>• Deve possuir fonte chaveada de tensão universal (100–260 V AC, 47–63 Hz).</li><li>• Deve operar com tensão mínima de partida de 100 V AC, mantendo funcionamento até 65 V AC com redução proporcional de potência, se aplicável.</li><li>• Deve suportar faixa de temperatura ambiente de -20 °C a +45 °C, com refrigeração adequada e gerenciamento térmico.</li><li>• Deve possuir resposta de áudio de no mínimo 25 Hz a 28 kHz.</li><li>• Deve apresentar relação sinal-ruído mínima de 110 dB (ponderação A).</li><li>• Deve possuir conectores de entrada balanceados compatíveis com XLR e conectores de saída compatíveis com Speakon ou equivalente.</li><li>• Deve permitir operação em modo estéreo ou ponte (bridge), com chaveamento adequado no painel frontal ou traseiro.</li><li>• Deve possuir formato padrão de rack 1U, altura 44 mm, com dimensões e peso compatíveis para instalação em racks de 19".</li><li>• Deve incorporar proteções integradas contra curto-circuito, sobrecarga e sobre temperatura, garantindo operação segura.</li></ul>



<b>11</b>	<b>SISTEMA DE MICROFONES EM FIO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• O sistema de microfone é formado por um conjunto de equipamentos, composto por transceptor, base de carregamento e transmissores para microfones do tipo bastão e headset.</li><li>• Transceptor:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Deve ser equipado com LED indicador de status;</li><li>○ Deve ser capaz de utilizar no mínimo 2 transmissores simultaneamente;</li><li>○ Deve ser capaz enviar dados Dante e de controle IP em cabo de rede;</li><li>○ Deve suportar saída mixada para acomodar instalações com canais de entrada limitados, e oferecer controle de nível do áudio para cada canal.</li></ul></li><li>• Base de carregamento:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Poderá ser segregada ou integrada ao transceptor;</li><li>○ Deve possuir capacidade para carregar no mínimo 02 baterias de íons de lítio dentro dos transmissores (microfones sem fio), simultaneamente;</li><li>○ Deve possuir luz indicadora de carga em andamento de cada transmissor;</li><li>○ Deve permitir carga completa dos transmissores em até 3hs;</li></ul></li><li>• Transmissor bastão<ul style="list-style-type: none"><li>○ Deve ser sem fio.</li><li>○ Deve ter cobertura sem fio até 50 metros.</li><li>○ Deve ter padrão polar de super cardioide ou cardioide.</li><li>○ Deve ter botão mudo programável.</li><li>○ Deve possuir resposta de frequência 60 Hz a 14 KHz ou superior.</li><li>○ Deve possuir SPL superior a 92 dB.</li><li>○ Deve ter segurança na transmissão com criptografia AES de 256 bits.</li><li>○ Deve ter baterias que fornecem no mínimo 15 horas de uso contínuo.</li></ul></li><li>• Transmissor Headset<ul style="list-style-type: none"><li>○ Deve ser sem fio.</li><li>○ Deve ter cobertura sem fio até 50 metros.</li><li>○ Deve ter padrão polar de cardioide.</li><li>○ Deve possuir resposta de frequência 60 Hz a 20 KHz ou superior.</li><li>○ Deve possuir SPL superior a 142 dB.</li><li>○ Deve ter segurança na transmissão com criptografia AES de 256 bits.</li><li>○ Deve ter baterias que fornecem no mínimo 12 horas de uso contínuo</li></ul></li></ul>
<b>12</b>	<b>MICROFONE DE TETO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Microfone com arquitetura para instalação em teto, sendo possível embutir em forro ou instalação sob suspensão por cabos de aço</li><li>• Deve possuir ao menos uma saída de áudio baseada em protocolo Digital Dante</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser possível enviar 10 sinais de áudio por Dante, sendo pelo menos 1 canal de saída mixada, 1 entrada de referência de cancelamento de eco e 6 canais individuais</li><li>• Deve possuir resolução de áudio de pelo menos 24 bits</li><li>• Deve ser nativamente compatível com protocolo Dante, não sendo aceito conversores de áudio analógico para áudio digital em rede</li><li>• Tensão de Alimentação: PoE</li><li>• Certificação de segurança: certificação UL</li><li>• Resposta de frequência: 130 Hz - 15.000 Hz</li><li>• Deve possuir Relação sinal-ruído mínima de 75 dB (A)</li><li>• Deve possuir ao menos 8 cápsulas de microfone para captação de áudio, permitindo a cobertura de uma área de pelo menos 80m<sup>2</sup> de forma conjunta ou subdividida em áreas</li><li>• Nível de pressão sonora máxima de 95 dB SPL ou superior</li><li>• Deve possuir sinalizador LED para status do microfone</li><li>• Deve possuir recurso que permita configuração de áudio como mixer automático, redução de ruído e controle de ganho automático e cancelamento de eco</li><li>• Deve possuir recursos para configuração e ajuste de área captação, além de recurso de voice lift</li><li>• Deve acompanhar todo os acessórios e recursos para perfeito funcionamento e instalação</li></ul>
<b>13</b>	<b>CÂMERAS PTZ 4K</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir um sensor de imagem tipo CMOS 1/2.8" de 8 Megapixel</li><li>• Possuir zoom óptico de 25x</li><li>• Possuir zoom digital de 15x</li><li>• Resoluções suportadas: 1080p (60/50/30/25/59,94/29,97), 1080i (60/50/59,94), 720p (60/50/59,94)</li><li>• Saída de vídeo SDI e HDMI</li><li>• Interface: RJ45; HDMI; USB 2.0; RS232</li><li>• Suportar pelo menos 150 presets</li><li>• Campo de visão horizontal de pelo menos 54°</li><li>• Deve suportar alimentação via PoE;</li><li>• Deve possuir a função AUTOTRACKING</li><li>• Deve possuir transmissão de vídeo via IP com compressão H.264 e H.265</li><li>• Capacidade de gerenciamento através de IP ou RS-485 ou RS-232</li></ul>



<b>14</b>	<b>CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir sensor de imagem tipo CMOS de 1/2.5" ou superior com resolução mínima de 8 Megapixels</li><li>• Deve suportar resolução de vídeo de até 4K (3840x2160) a 30 quadros por segundo, com compatibilidade para resoluções inferiores (1080p e 720p)</li><li>• Deve possuir lente com campo de visão horizontal mínimo de 110°</li><li>• Deve possuir função ePTZ (Pan, Tilt e Zoom eletrônico) com zoom digital mínimo de 4x</li><li>• Deve possuir suporte a compressão de vídeo nos formatos H.264 e H.265</li><li>• Deve ser compatível com os principais sistemas operacionais (Windows, macOS e Linux), com funcionamento do tipo plug and play, sem necessidade de instalação de drivers adicionais</li><li>• Deve permitir instalação em monitores, suportes, tripés ou superfícies planas, devendo acompanhar suporte de fixação apropriado</li><li>• Deve possuir indicador luminoso (LED)</li><li>• Deve possuir alimentação via interface USB, dispensando fonte de energia</li></ul>
<b>15</b>	<b>INTERFACE DE TRANSMISSÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Switcher compacto de produção de vídeo em Full HD;</li><li>• Deve possuir entrada de vídeo HDMI e entrada de áudio analógico tipo jack TRS de 3,5 mm.</li><li>• Deve possuir saída HDMI de loop tipo, e saída HDMI padrão.</li><li>• Deve suportar resolução de vídeo de até 4K (2160p 25/30) para entrada e saída, e formatos 1080p, 1080i e 720p.</li><li>• Deve ser compatível com os protocolos de rede IP para vídeo tais como RTSP, RTMP, e suporte ao fluxo NDI.</li><li>• Deve possuir interface de rede LAN RJ-45 Gigabit 100/1000 Mbps com suporte a PoE ou alimentação USB-C e/ou adaptador DC.</li><li>• Deve permitir controle via interface web (Web Console) do dispositivo para configuração de rede, streaming e modo codificador/decodificador.</li><li>• Deve suportar faixa de temperatura de operação de 0 °C a 45 °C.</li><li>• Deve permitir gravação local em cartão MicroSD/TF, USB ou em rede.</li></ul>
<b>16</b>	<b>PAINEL DE CONTROLE SEM FIO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Dispositivo com tela de LED sensível ao toque, com diagonal mínima de 10,5" (dez polegadas e meia) e tecnologia Multi-Touch.</li><li>• Possuir processador com 5 núcleos ou superior;</li><li>• Conectividade sem fio compatível com padrão Wi-Fi 802.11ax ou superior.</li><li>• Armazenamento interno mínimo de 128 GB.</li><li>• Autonomia mínima de 10 horas de operação por carga de bateria.</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve acompanhar case robusto com alça para mão e suporte para uso em superfície plana (mesa)</li><li>• Deve acompanhar base de recarga compatível com o case, capaz de recarregar a interface de operação sem fio quando acoplada, sendo alimentada por rede PoE (Power over Ethernet).</li><li>• A base de recarga deve ser fornecida pelo mesmo fabricante do case, garantindo total compatibilidade entre os componentes.</li><li>• Devem ser fornecidos todos os acessórios e softwares necessários para a instalação, operação e controle dos equipamentos de áudio, vídeo e automação previstos na solução ofertada.</li><li>• Fornecido com dispositivo tipo ponto de acesso wireless de duas bandas com suporte velocidade de 1700Mbps e WiFi 6;</li><li>• Permitir o gerenciamento centralizado ou através de controlador em nuvem;</li><li>• Capacidade para no mínimo 8 SSIDs;</li><li>• Funcionalidade de gerenciamento automático de canais wireless, isolamento wireless entre clientes, mapeamento SSDI para VLAN, SNMP v3 e QoS;</li><li>• WLAN dual band (2.4GHz e 5GHz) com antenas internas de 4 dBi;</li></ul>
<b>17</b>	<b>RACK DE PAREDE 8UR</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mini rack de parede destinado à acomodação de equipamentos ativos</li><li>• Deve possuir 8 unidades rack (UR) de altura</li><li>• Deve possuir profundidade mínima para acomodar os equipamentos</li><li>• Deve ser rack fechado</li><li>• Deve possuir acabamento na cor preta</li><li>• Deve possuir placas laterais e traseira removíveis por fecho rápido, confeccionadas em aço</li><li>• Deve possuir bandejas fixas e móveis em quantidade suficiente para acomodar todos os equipamentos compatíveis com o padrão 19"</li><li>• Deve possuir painéis frontais cegos para fechamento dos espaços vagos, na cor preta</li><li>• Deve possuir passa-cabos com tampa encaixável, construído em aço na cor preta</li><li>• Deve possuir kit de fixação e acessórios.</li></ul>
<b>18</b>	<b>CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve ser nativamente compatível com os atuadores de iluminação ofertados;</li><li>• A central de automação deverá permitir atuação, coleta de dados e integração entre sistemas;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir memória de acesso rápido (RAM) com capacidade igual ou superior a 512 MB;</li><li>• Deve possuir armazenamento local mínimo de 2 GB disponíveis para o usuário;</li><li>• Deve dispor de duas portas IR;</li><li>• Deve dispor de duas portas GPI ou digital input;</li><li>• Deve dispor de duas interfaces de relé;</li><li>• Deve possuir uma porta serial RS-232;</li><li>• Deve possuir porta de comunicação proprietária destinada à comunicação com módulos externos;</li><li>• Deve dispor de porta Ethernet 100 Mbps;</li><li>• Deve possuir porta USB;</li><li>• Deve contar com emissor LED IR para transmissão de sinais de comando;</li><li>• Deve possuir LEDs indicadores de atividade;</li><li>• Deve ser montável em trilho DIN, conforme padrão de instalação industrial;</li><li>• Deve suportar comunicação com protocolos TCP/IP, UDP, DHCP e HTTPS;</li><li>• Deve ser fornecida com todos os acessórios e licenças necessários à instalação e integração;</li><li>• Deve permitir alimentação através de fonte interna, externa ou via Power over Ethernet (PoE).</li></ul>
<b>19</b>	<b>MÓDULO DE ILUMINAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Deve possuir módulo liga/desliga para controle de iluminação.</li><li>• Deve possuir 8 canais de saída independentes, compatíveis com 110 VAC, 120 VAC ou 127 VAC.</li><li>• Deve possuir compatibilidade com lâmpadas LED, incandescentes e fluorescentes.</li><li>• Deve possuir corrente máxima por canal de 16 A dependendo da aplicação, e corrente máxima total do módulo de 60 A ou superior, garantindo acionamento seguro e estável das cargas.</li><li>• Deve possuir porta de comunicação de dados para integração com o sistema de automação.</li><li>• Deve possuir compatibilidade total e integração nativa com a central de automação ofertada.</li></ul>
<b>20</b>	<b>PAINEL DE COMANDO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado físico destinado ao acionamento de comandos de automação, projetado para instalação em ambientes integrados.</li><li>• Deverá possuir no mínimo quatro botões físicos programáveis.</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cada função deverá ser configurável por meio de software, possibilitando a personalização de comandos.</li><li>• Deverá ser compatível e do mesmo fabricante da central de automação ofertada, assegurando total integração funcional.</li><li>• Deverá possuir porta de comunicação proprietária para interface direta com a central de automação.</li><li>• Deverá conter cinco ou mais LEDs indicadores para sinalização visual das funções ou estados operacionais.</li><li>• Deverá permitir a atribuição de macros aos botões, possibilitando a execução de múltiplas rotinas em um único comando.</li><li>• Deverá ser fornecido nas cores branca ou preta, conforme especificações e aprovação do projeto executivo.</li></ul>
<b>21</b>	<b>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALAS GRANDES</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Todos os tipos de cabos, conectores e acessórios de instalação dos equipamentos previstos neste projeto, devem ser fornecidos para a perfeita integração e funcionamento do sistema do ambiente desse item.</li><li>• As caixas de conexão de piso, parede e mesa, quando necessárias, deverão ser instaladas de acordo com as recomendações da CONTRATANTE. O projeto das mesmas deve ser submetido para aprovação antes do início da instalação.</li><li>• Os materiais empregados devem ser de boa qualidade, obedecendo quando pertinente às respectivas Normas ABNT.</li><li>• Todo o cabeamento deverá permanecer oculto sempre que possível, correndo por dentro da infraestrutura para passagem disponível no piso e teto, além de canaletas e tubulações apropriadas no mobiliário, quando disponíveis.</li><li>• Não serão permitidas emendas nos cabos, sendo que os mesmos devem ser conduzidos em um único lance entre a fonte e o destino do sinal.</li><li>• Caberá à contratada entregar os sistemas e equipamentos alvo deste edital, totalmente instalados, programados, conectados e interligados, configurados e 100% operacionais em todas as funcionalidades previstas no projeto.</li></ul>
<b>22</b>	<b>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - SALAS PEQUENAS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Todos os tipos de cabos, conectores e acessórios de instalação dos equipamentos previstos neste projeto, devem ser fornecidos para a perfeita integração e funcionamento do sistema do ambiente desse item.</li><li>• As caixas de conexão de piso, parede e mesa, quando necessárias, deverão ser instaladas de acordo com as recomendações da CONTRATANTE. O projeto das mesmas deve ser submetido para aprovação antes do início da instalação.</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os materiais empregados devem ser de boa qualidade, obedecendo quando pertinente às respectivas Normas ABNT.</li><li>• Todo o cabeamento deverá permanecer oculto sempre que possível, correndo por dentro da infraestrutura para passagem disponível no piso e teto, além de canaletas e tubulações apropriadas no mobiliário, quando disponíveis.</li><li>• Não serão permitidas emendas nos cabos, sendo que os mesmos devem ser conduzidos em um único lance entre a fonte e o destino do sinal.</li><li>• Caberá à contratada entregar os sistemas e equipamentos alvo deste edital, totalmente instalados, programados, conectados e interligados, configurados e 100% operacionais em todas as funcionalidades previstas no projeto.</li></ul>
--	---

## ANEXO VIII

### TABELA DE CONFORMIDADE TÉCNICA

Documento elaborado com base no Memorial Descritivo Técnico – Sistemas Audiovisuais da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP.

#### 1 - PROJETOR DE ULTRACURTA DISTÂNCIA

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Tecnologia de 3 chips			
2	Mínimo 4.000 lumens em cores			
3	Mínimo 4.100 lumens em branco			
4	Mínimo 2 entradas HDMI			
5	Interatividade simultânea mínima			
6	Resolução Full HD nativa			
7	Lente ultracurta			
8	Wireless integrado 5GHz			
9	Laser com duração mínima de 20.000 horas			

## 2 - TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Tela motorizada			
2	Sistema de tensionamento lateral			
3	Formato widescreen 16:9 ou 16:10			
4	Motor 110V ou 220V			
5	Controle remoto ou botoeira			
6	Área visual mínima de 100"			

## 3 - EXTENSOR DE VIDEO HDMI

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Banda mínima de 18Gbps			
2	Compatível com HDCP 2.2			
3	Resolução até 4K UHD			
4	Transmissão mínima de 60m			
5	Saída HDMI bypass			

#### 4 - EXTENSOR DE VIDEO USB

Marca				
Modelo				
Fabricante				
<b>ITEM</b>	<b>EXIGÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO OFERTADA</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>	<b>REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET</b>
1	USB 3.0			
2	Taxa de 5Gbps			
3	Plug and play			
4	Compatível Windows/Linux/macOS			
5	Comprimento mínimo 30m			

#### 5 - CENTRAL DE VIDEO SOBRE IP

Marca				
Modelo				
Fabricante				
<b>ITEM</b>	<b>EXIGÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO OFERTADA</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>	<b>REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET</b>
1	Configuração WEB			
2	Proteção HTTPS			
3	Criação de paredes de vídeo			
4	Duas interfaces Ethernet			
5	Compatível com encoder/decoder			

#### 6 - ENCODER DE VIDEO SOBRE IP

Marca				
Modelo				
Fabricante				
<b>ITEM</b>	<b>EXIGÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO OFERTADA</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>	<b>REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET</b>
1	Entrada HDMI/DVI/DisplayPort			
2	Compatível HDCP			
3	Compressão H.264/H.265/JPEG2000			
4	Resolução Full HD			

5	Porta Ethernet			
---	----------------	--	--	--

## 7 - DECODER DE VIDEO SOBRE IP

Marca				
Modelo				
Fabricante				
<b>ITEM</b>	<b>EXIGÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO OFERTADA</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>	<b>REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET</b>
1	Saída HDMI/DVI/DisplayPort			
2	Compatível HDCP			
3	Recepção H.264/H.265/JPEG2000			
4	Gigabit Ethernet			

## 8 - PROCESSADOR DE AUDIO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
<b>ITEM</b>	<b>EXIGÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO OFERTADA</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>	<b>REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET</b>
1	4 entradas balanceadas			
2	4 saídas balanceadas			
3	Cancelamento de eco			
4	Protocolos Dante/AES67			
5	Montagem rack 19"			

## 9 - AUTO FALANTE DE TETO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
<b>ITEM</b>	<b>EXIGÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO OFERTADA</b>	<b>ATENDE (SIM/NÃO)</b>	<b>REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET</b>
1	Faixa 70Hz a 19KHz			
2	Potência mínima 60W			
3	Cobertura mínima 120°			

## 10 - AMPLIFICADOR MULTICANAL

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	2 canais de saída			
2	250W por canal			
3	Modo bridge			
4	Formato rack 1U			

## 11 - SISTEMA DE MICROFONES SEM FIO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Transceptor			
2	Base carregadora			
3	Microfone bastão			
4	Microfone headset			
5	Criptografia AES 256			

## 12 - MICROFONE DE TETO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Compatível Dante			
2	PoE			
3	8 cápsulas de microfone			
4	Cancelamento de eco			

### 13 - CÂMERAS PTZ 4K

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Sensor CMOS			
2	Zoom óptico 25x			
3	Saída HDMI e SDI			
4	Autotracking			

### 14 - CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Resolução 4K			
2	Campo de visão 110°			
3	Zoom digital 4x			
4	Plug and play			

### 15 - INTERFACE DE TRANSMISSÃO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Produção Full HD			
2	Entradas HDMI			
3	RTSP/RTMP/NDI			
4	LAN Gigabit			

**16 - PAINEL DE CONTROLE SEM FIO**

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Tela touch mínima 10,5"			
2	Wi-Fi 6			
3	Armazenamento 128GB			
4	Autonomia mínima 10h			

**17 - RACK DE PAREDE 8UR**

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	Rack fechado			
2	8UR			
3	Acabamento preto			
4	Bandejas inclusas			

**18 - CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE**

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	RAM mínima 512MB			
2	Porta Ethernet			
3	USB			
4	Compatível TCP/IP			

## 19 - MÓDULO DE ILUMINAÇÃO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	8 canais			
2	Compatível LED			
3	Integração com automação			

## 20 - PAINEL DE COMANDO

Marca				
Modelo				
Fabricante				
ITEM	EXIGÊNCIA TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA	ATENDE (SIM/NÃO)	REFERÊNCIA NO CATÁLOGO / DATASHEET
1	4 botões programáveis			
2	LEDs indicadores			
3	Compatível automação			



## USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

### Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 567N-A16E-N8LL-4V1U no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/567N-A16E-N8LL-4V1U>

#### **Cleonice Estrela Cabral Goncalves**

**Nº USP:** 3218314

**Data:** 29/05/2026 10:17

**Perfil assinante::** Agente de Contratação

#### **Joilson de Oliveira Martins**

**Nº USP:** 2221164

**Data:** 29/05/2026 11:09

**Perfil assinante::** Dirigente